



DECISÃO Nº 153/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 2276/2015.**
- 2- **Assunto:** Representação nº 13/2015-MP-RMAM.
- 3- **Representante:** Ministério Público de Contas.
- 4- **Representado:** Sr. João Leonel de Britto Feitoza, Diretor-Presidente do DETRAN/AM.
- 5- **Unidade Técnica:** DICA/AM – Laudo Técnico nº 31/2015 (fls. 49/55).
- 6- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3237/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 57/60v).
- 7- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Representação.

Conhecimento. Improcedência. Determinação à SEPLENO. Arquivamento.

8- DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, no exercício da competência atribuída pelo art. 9º, I e art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Exmo. Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

8.1- Conhecer e julgar improcedente a presente Representação;

8.2- Determinar ao SEPLENO que cientifique os interessados acerca do decisório;

8.3- Após, arquivar os autos.

Vencido o Voto-Destaque do Exmo. Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva que votou pelo Provimento Parcial da Representação.

9- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 27 de Abril de 2016.

11- Especificação do quórum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral